

Engenheiro Jorge Machado, em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
Arquitecta Carla Ribatua e Doutor Paulo Amaral, em representação da Ministra da Cultura;
Arquitecto Rodrigo Alberto Lopes Moreira e arquitecto Paulo Roxo Pires, em representação da Câmara Municipal de Chaves.

25 de Maio de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 13 109/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria Dulce de Jesus Moura para prestar assessoria técnica ao meu Gabinete na área da sua especialização, designadamente no domínio do planeamento e habitação.

2 — A remuneração mensal íliquida da ora nomeada é fixada em 50% da remuneração auferida para o cargo de adjunto de gabinete, incluindo despesas de representação.

3 — A nomeada terá direito aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, nos termos legalmente estabelecidos para a função pública.

4 — A nomeada terá direito, quando se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

5 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

6 — Nos termos das alíneas *a)* e *b)* do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, fica a nomeada autorizada a exercer as actividades aí previstas, respeitados que sejam os limites legalmente estabelecidos.

23 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 1031/2005. — Segundo comunicação do Ministério da Economia e da Inovação, o despacho n.º 11 490/2005, de 4 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de Maio de 2005, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que se rectificam.

Assim, onde se lê «a licenciada Sara Luísa Abreu Accioli Gouveia» deve ler-se «a licenciada Sara Luísa Abreu dos Santos Accioli Gouveia».

31 de Maio de 2005. — A Secretária-Geral, *Paula de Campos Alves*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE

Aviso n.º 5951/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Março de 2005 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos aos laboratórios, importadores e grossistas pela CLINDIGO — Clínica Diagnóstico, Infertilidade, Ginecologia e Obstetria, L.ª, sita na Rua de Luciano Cordeiro, 123, rés-do-chão, direito, 1050-139 Lisboa, para o seu consumo próprio, de acordo com lista em anexo, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

24 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral da Empresa, *Ana Vieira*. — O Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, *Rui Santos Ivo*.

ANEXO

Lista de medicamentos utilizados pela CLINDIGO Clínica Diagnóstico Infertilidade, Ginecologia e Obstetria, L.ª

Adrenalina.
Dextrose 5%.
Atropina.
Metilprednisolona.
Bicarbonato de sódio 8,4%.
Amiodarona.
Soro fisiológico.
Lactato de Ringer.
Anexate.
Isoprenalina.
Inderal.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Despacho n.º 13 110/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de adjunto do meu Gabinete o licenciado Carlos Manuel Martins Pais, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, em regime de comissão de serviço.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Maio de 2005.

27 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

Despacho (extracto) n.º 13 111/2005 (2.ª série). — Por despacho 18 de Abril de 2005 do director-geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar:

Maria Susete Felício de Almeida Ruivo Baptista, Maria Fernanda de Abreu Costa e Maria Isabel Patrício Cardoso, técnicas profissionais de 1.ª classe da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal (escala 1, índice 238) da carreira técnico-profissional do mesmo quadro a partir da data da aceitação do novo lugar.

Maria José Pinto de Figueiredo Cunha, técnica profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal (escala 5, índice 295) da carreira técnico-profissional do mesmo quadro a partir da data da aceitação do novo lugar.

Ana Maria Vicente Pires Dias, técnica profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, Hospital de São Francisco Xavier — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal (escala 1, índice 238) da carreira técnico-profissional do quadro desta Direcção-Geral, considerando-se exonerada do seu anterior lugar a partir da data da aceitação do novo lugar.

Anabela Abrunhosa Vieira, técnica profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-MEPAT — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal (escala 1, índice 238) da carreira técnico-profissional no quadro desta Direcção-Geral, considerando-se exonerada do seu anterior lugar a partir da data da aceitação do novo lugar.

Estas nomeações foram objecto de confirmação de cabimento, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2005. — O Director-Geral, *António J. N. Ramos*.

Direcção-Geral de Veterinária

Direcção de Serviços de Gestão e Administração

Despacho n.º 13 112/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Maio de 2005 do director-geral de Veterinária, isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, as técnicas superiores de 1.ª classe da carreira de médico veterinário abaixo mencionadas são nomeadas definitivamente, mediante concurso, na categoria de técnico superior principal da mesma carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária, sendo a candidata da quota dos não pertencentes oriunda do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, considerando-se exoneradas do anterior lugar à data da aceitação da nova categoria:

Candidatas pertencentes ao quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária:

Maria do Rosário da Silva Lemos Cidadão.
Isaura da Conceição Duarte.
Filomena Augusta Mendes Pires Afonso.
Maria Margarida Gama de Macedo Pinto.

Candidata não pertencente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral de Veterinária:

Patrícia Isabel Delgado da Rocha Vilhena Clemente (mantém o exercício de funções dirigentes, em regime de comissão de serviço, nesta Direcção-Geral).

19 de Maio de 2005. — A Directora de Serviço, *Aida Sebastião Palminha*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 13 113/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atento o despacho de 24 de Fevereiro de 2005 do director-coordenador da área de concessões da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., que aprovou as plantas parcelares RACA-P11.1-SC.13-001 a RACA-P11.1-SC.13-007 e os mapas de expropriações das parcelas necessárias à construção da obra da A 28/IC 1 — lanço Viana do Castelo-Caminha — ligação a Caminha, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com carácter de urgência, das expropriações das parcelas necessárias à construção deste lanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a Euroscut Norte a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista à prossecução dos trabalhos, sendo que a urgência da expropriação se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela Euroscut Norte — Sociedade Concessionária da SCUT do Norte Litoral, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

10 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

